



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0052035-48.2020.6.05.8000
INTERESSADO : SGA
ASSUNTO : Contratação de Empresa para Reforma Anexo III

Parecer nº 1201374 / 2020 - PRE/DG/ASSED

1. Trata-se de realização de procedimento licitatório, na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo “MENOR PREÇO”, sob o regime de empreitada por preço unitário, destinada à contratação de Empresa de Engenharia ou Arquitetura para a execução dos serviços de REFORMA DO EDIFÍCIO ANEXO III DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, localizado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia (CAB), Salvador/BA, conforme condições estabelecidas no Edital n.º 02/2020, documento n.º 0070531.

2. Esta licitação é regida pela Lei nº 8.666/93 e pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018 e pelas condições constantes do Edital n.º 02/2020.

3. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme abaixo mencionado:

a) estimativa orçamentária do custo geral da obra fixada no Projeto Básico, em última versão anexada em documento n.º 0070526;

b) informação de crédito orçamentário, compatibilidade dos gastos com o PPA 2020-2023 (Lei nº 13.971 de 27/12/2019) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 13.898 de 11.11.2019), bem como adequados à Lei Orçamentária Anual de 2020 (Lei nº 13.978, de 17.2.2020), documentos n.ºs 022486 e 0070464;

c) análise da legalidade das minutas e aspectos legais da contratação pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, documentos n.ºs 0070420, 0070511, 0070523 e 1201311;

d) autorização de abertura do certame licitatório pela autoridade competente, documento n.º 0070465 e 0070524;

e) designação de data para realização do certame pela Comissão de Licitação, documento n.ºs 0070467 e 0070530;

f) juntada de cópia da Portaria que instituiu a Comissão Permanente de Licitação, documento n.º 0070473 e 0070532.

4. Constatam documentos comprobatórios da publicação dos Editais no D.O.U., em jornal de grande circulação e no portal da transparência do TRE/Ba, acostados aos documentos n.ºs 0070474, 0070475, 0070476, 0070533, 0070535 e 0070536.

5. Observamos que foram formulados pedidos de esclarecimentos ao Edital n.º 1/2020, que foram respondidos e publicados pela Comissão, documentos n.ºs 0070479, 0070481, 0070481, 0070482, 0070488 e 0070489.

6. Conforme ata constante do documento n.º 0070500, iniciado o certame licitatório, verificou-se a presença de três licitantes, PJ CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA, D&M CONSTRUTORA LTDA e PLANA EDIFICAÇÕES LTDA. O representante da primeira empresa foi devidamente credenciado, nos termos das condições do Capítulo II do instrumento convocatório. Quanto às demais, a documentação foi encaminhada via postal. Foram acostados os documentos de habilitação das licitantes, documentos n.ºs 0070494, 0070495, 0070496, 0070496, 0070498 e 0070499.

6.1 Aberto os envelopes de documentação, a Comissão efetuou a análise dos documentos e concedeu vista imediata de todos os documentos de habilitação ao representante presente à sessão na sessão pública. Durante a fase de habilitação, todas as empresas foram inabilitadas, por descumprimento a requisitos estabelecidos na condição 3.3.5.1, b, do edital, consoante se depreende da Ata da Sessão. O Presidente da Comissão, com o intuito de garantir a ampla publicidade dos atos realizados durante a sessão, tornou pública a decisão proferida pela Comissão, durante sessão destinada ao exame dos documentos de habilitação dos licitantes participantes, documento 0070501 e 0070502.

7. Aberta a palavra ao representante da licitante presente na sessão (PJ CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA), a licitante manifestou intenção de recorrer. No prazo legal, foram interpostos recursos, conforme documentos n.ºs 0070503, 0070504, 0070505 e 0070506. A CPLIC se manifestou conforme documento n.º 0070507. Recursos decididos, a licitação foi declarada fracassada, documento n.º 0070512.

8. Ato contínuo, os autos tramitaram com vistas à reavaliação dos requisitos que ensejaram a inabilitação de todas as licitantes e resultaram em ajustes no Projeto Básico e Edital e, por conseguinte, autorizada a abertura de novo procedimento licitatório, documento n.º 0070524.

9. Observa-se que houve pedidos de esclarecimento ao Edital n.º 2/2020, regularmente respondidos e publicados, documentos n.ºs 0162882, 0376675, 0376678, 0377134, 0383275, 0383276, 0385492, 0385494, 0386085, 0386089, 0386092, 0389309, 0389310, 0389310, 0389311, 0391628, 0391631.

10. Conforme ata constante do documento n.º 0391634, foi iniciado o novo certame licitatório, que teve participação de 15 (quinze) licitantes. Os representantes foram devidamente credenciados, nos termos das condições do Capítulo II do instrumento convocatório. Os procedimentos relativos à documentação foram regulares e observa-se que os representantes se manifestaram pela consulta à documentação no portal da transparência, documento n.º 0695091.

11. Em decisão de julgamento de habilitação, documento n.º 0698975, a CPLIC decidiu pela habilitação das empresas ENGETRA TECNOLOGIA E CONSTRUÇÕES, NORDESTE ENGENHARIA LTDA, PJ CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA, PLANA EDIFICAÇÕES LTDA, PLANES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA e RCI CONSTRUÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA. As demais foram inabilitadas em razão de desatendimento à qualificação técnica exigida no item nº 3.3.5 do edital. A decisão foi publicada no Portal da Transparência do TRE/Ba e comunicada às participantes, documentos n.ºs 0699004 e 749108.

12. Houve interposição de recursos, documentos n.ºs 0750092, 0750311, 0750389, 0752678. A CPLIC deu publicidade mediante edital, documento n.º 0753594 e a Comissão se manifestou conforme documento n.º 0766049. Os recursos foram decididos pela autoridade competente, documentos n.ºs 0768339 e 0770600, mantida a decisão da CPLIC quanto à inabilitação das licitantes MR CONSTRUTORA LTDA, AG SERVICE ENGENHARIA LTDA e EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA, INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA, bem assim reformando a decisão da Comissão Permanente de Licitação para habilitar a licitante HAYEK CONSTRUTORA LTDA. Deu-se publicidade a todos os atos.

13. Conforme ata constante do documento n.º 1186223 foi realizada sessão para abertura das propostas das licitantes habilitadas. Assim, as licitantes foram classificadas: 1º lugar - HAYEK CONSTRUTORA LTDA (CNPJ nº 10.364.626/0001-30): R\$ 7.441.090,73; 2º lugar - PLANA EDIFICAÇÕES LTDA (CNPJ: 05.346.248/0001-22): R\$ 8.141.707,40; 3º lugar - NORDESTE ENGENHARIA LTDA (CNPJ nº 01.978.980/0001-64): R\$ 8.158.678,67; 4º lugar - ENGETRA TECNOLOGIA E CONSTRUÇÕES (CNPJ nº 04.521.575/0001-00): R\$ 8.187.001,69; 5º lugar - PJ CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA (CNPJ: 03.174.004/0001-84): R\$ 8.232.142,77; 6º lugar - PLANES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP

(CNPJ nº 21.084.632/0001-50): R\$ 8.319.639,85 7º lugar - RCI CONSTRUÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA (CNPJ nº 15.143.548/0001-68): R\$ 8.691.256,41.

14. Sagrou-se vencedora a empresa HAYEK CONSTRUTORA LTDA (CNPJ nº 10.364.626/0001-30), no valor total de R\$ 7.441.090,73 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, noventa reais e setenta e três centavos).

15. Interposto recurso no prazo legal contra julgamento das propostas, documento n.º 1193105, licitantes intimadas, foram apresentadas as contrarrazões pela empresa HAYEK CONSTRUTORA LTDA, documento n.º 1197880. Pelos motivos amplamente expostos em manifestação constante do documento n.º 1199968, a CPLIC defendeu a improcedência do recurso e consequente manutenção da sua decisão que consagrou vencedora do certame a empresa HAYEK CONSTRUTORA LTDA.

16. Instada a se pronunciar, em parecer de n.º 416/2020 a ASJUR1 opinou pela rejeição do recurso, documento n.º 1201311, e manutenção da decisão da CPLIC de classificação e declaração de vencedora da empresa acima referida.

17. Diante da análise dos atos procedimentais, constata-se a sua inteira regularidade, bem assim da documentação da licitante vencedora, encontrando-se o presente certame apto ao julgamento do recurso, documento n.º 1193105, homologação do certame e adjudicação do objeto, podendo a Administração, ato contínuo, adotar as providências para celebração do ajuste com a empresa adjudicatária, na forma dos arts. 43 e 109 da Lei 8666/1993, bem como conforme documentos n.ºs 1186223, 1186226 e 1199968.

18. Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

19. À consideração superior.

Salvador, 6 de agosto de 2020.

Ana Flavia Cerqueira Machado

Analista Judiciário

Assessoria Especial da Diretoria-Geral

De acordo.

À Diretora-Geral, para consideração.

Salvador, 6 de agosto de 2020.

RONILDO DANTAS

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Cerqueira Machado**, **Analista Judiciário**, em 07/08/2020, às 11:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas**, **Assessor**, em 07/08/2020, às 11:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1201374** e o código CRC **510A6C8D**.

0052035-48.2020.6.05.8000

1201374v21